

O interesse pelo estudo da Política Educacional no processo de formação do professor

Valdelaine Mendes
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
valdelainemendes@outlook.com

Resumo: Este estudo teve como objetivo compreender o que pensam os acadêmicos sobre a oferta e sobre a relevância da disciplina Educação Brasileira e Organização das Políticas Públicas para o processo de formação docente de estudantes dos Cursos de Licenciatura de uma instituição pública federal de Ensino Superior brasileira. O estudo também pretendeu compreender o nível de interesse dos estudantes sobre as questões políticas e seu envolvimento e experiência na vida escolar em espaços coletivos de tomada de decisão. Participaram da pesquisa 52 estudantes oriundos dos Cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Biologia, Ciências Sociais, Dança, Educação Física, Geografia, História, Música, Letras-Português/Francês, Letras-Português/Inglês, Letras-Português/Literatura, Matemática, Pedagogia e Química; e estudantes do Curso de Bacharelado em História.

Palavras-chave: Política Educacional. Ensino de Política Educacional. Formação de professores.

Interés por el estudio de la Política Educativa en el proceso de formación del profesor

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo comprender lo que piensan los académicos sobre la oferta y sobre la relevancia de la asignatura Educación Brasileña y Organización de las Políticas Públicas para el proceso de formación docente de estudiantes de los cursos de licenciatura de una institución pública federal de enseñanza superior brasileira. El estudio también pretendió comprender el nivel de interés de los estudiantes sobre las cuestiones políticas y su implicación y experiencia en la vida escolar en espacios colectivos de toma de decisión. Participaron de la investigación 52 estudiantes de pregrado de Artes Visuales, Biología, Ciencias Sociales, Danza, Educación Física, Geografía, Historia, Música, Literatura, Portugués/Francés, Portugués/Inglés, Literatura en Lengua Portuguesa, Matemáticas, Pedagogía y Química; y estudiantes del Curso de Bachillerato en Historia.

Palabras clave: Política Educativa. Enseñanza de Política Educativa. Formación de profesores.

Interest in the study of Educational Policy in the teacher training process

Abstract: This study aimed to understand what scholars think about the offer and relevance of the Brazilian Education and Public Policy Organization for the process of teacher education of undergraduate students of a federal public higher education institution. The study also sought to understand the level of student interest in political issues and their involvement and experience in school life in collective decision-making spaces. From the faculties of Portuguese/ French, Portuguese/English, Portuguese/Literature, Mathematics, Physics, Physical Education, Pedagogy and Chemistry; and students of the Bachelor's Degree in History, 52 students participate.

Keywords: Educational Policy. Educational Policy Teaching. Teacher training.

Introdução

A realização deste estudo decorre da percepção de que a obrigatoriedade da disciplina Educação Brasileira e Organização das Políticas Públicas (Ebopp¹) nas grades curriculares nos Cursos de Licenciatura da instituição pesquisada é, recorrentemente, alvo de reclamações dos estudantes nos corredores da universidade. O que significa esta rejeição à disciplina? Qual a percepção dos estudantes sobre os conteúdos previstos em sua ementa? Que relações os estudantes conseguem estabelecer com as especificidades de seu curso de formação? O conceito pré-formado, em relação à Ebopp, tem alguma relação com o maior ou menor interesse dos estudantes pelas questões políticas?

Estes foram alguns questionamentos que suscitaram a realização desta pesquisa, que tem como objetivo compreender o que pensam os acadêmicos sobre a oferta e sobre a relevância dessa disciplina para o processo de formação docente. O estudo também pretendeu compreender o nível de interesse dos estudantes sobre as questões políticas e seu envolvimento e experiência na vida escolar em espaços coletivos de tomada de decisão.

Este é um estudo de caso desenvolvido em uma instituição pública federal de ensino superior. Este tipo de estudo conta com significativo número de variáveis, mas é realizado a partir de um pequeno universo de investigação (STAKE, 1983). Inicialmente, a pesquisa pretendia contar com dois instrumentos de investigação que se complementariam: um questionário e um grupo focal. Os participantes do estudo foram informados, logo no início do desenvolvimento da pesquisa, que seriam solicitados a responder um questionário e que, em um segundo momento, seriam convidados (por e-mail ou por telefone) a participar de um grupo focal.

O propósito inicial de utilizar dois instrumentos deveu-se ao receio de que os estudantes, por já estarem no final do semestre letivo, não tivessem muita disposição para responder os questionários e elaborassem respostas curtas e/ou superficiais, que não possibilitassem o alcance do objetivo do estudo ou que não permitissem análises mais elaboradas das questões.

Esta hipótese não se confirmou, uma vez que os estudantes dedicaram, em média, 35 minutos para responder 14 questões abertas e preencher os dados de identificação do instrumento. Eles elaboraram respostas, em sua maioria, que permitiram uma análise consistente de todas as questões, cuja qualidade revelou ser desnecessária a realização do grupo focal.

Entretanto, três meses depois da aplicação do questionário, já com os dados oriundos da aplicação do instrumento organizados, um e-mail foi enviado para os estudantes que participaram da pesquisa, convidando-os para um debate sobre as questões do estudo. A maior parte das mensagens eletrônicas retornou ou não foi respondida. Junto aos seis estudantes que atenderam o convite, demonstrando interesse em participar do grupo, não houve consenso sobre dia e horário para a realização da atividade.

¹ Esta disciplina inclui, em sua ementa, o estudo das diversas dimensões da Política Educacional. Conforme estudo desenvolvido por Stremel e Mainardes (2015), a disciplina assume nomenclatura diferente em cada instituição de Ensino Superior, e os autores identificaram 97 designações variadas no Curso de Pedagogia. A Biblioteca Temática da ReLePe (www.relepe.org) inclui 30 trabalhos sobre Ensino de Política Educacional, Formação de pesquisadores para este campo. Com relação aos trabalhos sobre o Ensino de Política Educacional, destacam-se os seguintes estudos: Ferrada; Villena; Del Pino (2018); Flach; Masson (2014); Giovine (2016); Gorostiaga (2017); Guimarães-Iosif; Limeira; Santos (2018); Mainardes; Stremel; Rosa (2017); Mancebo (2017); Más Rocha; Lizzio; Giménez (2017); Miranda (2016); Moreira; Iulianelli (2017); Perão; Lima (2017); Pronko (2016); Stremel; Mainardes (2015); Tello (2015, 2017).

Evidentemente, a realização do grupo focal poderia fornecer novos elementos para a análise da presença da Ebopp no currículo. Poderia se constituir em importante momento de formação para os estudantes, já que seriam debatidos temas referentes ao trabalho com essa disciplina. Por exigir a exposição da opinião e por possibilitar o confronto de ideias, o grupo focal permite o aprimoramento da argumentação do estudante e, conseqüentemente, pode se transformar em um momento de formação.

Este texto está organizado em quatro partes. Em um primeiro momento são apresentados os dados referentes às características acadêmicas dos participantes do estudo. No segundo momento são expostas e discutidas as informações referentes ao interesse dos estudantes pelas questões políticas. Em um terceiro momento ocorre a discussão sobre as experiências dos estudantes em organizações coletivas ao longo da vida escolar. No quarto momento há a análise do papel da disciplina Ebopp no curso de formação.

Os participantes do estudo

No ato da apresentação do projeto de pesquisa, os estudantes foram informados de que a participação era voluntária e sigilosa², e que o material somente seria analisado após o encerramento do ano letivo. Esta cautela foi necessária para evitar que algum estudante omitisse determinada informação ou não expressasse exatamente o que pensava, devido ao receio de algum tipo de represália por parte do docente responsável pela disciplina de Ebopp. Nas turmas convidadas a participar da pesquisa, quatro estudantes abdicaram da participação no estudo. Não se sabe a razão da recusa, pois não se questionou o motivo para evitar qualquer tipo de constrangimento. Então, participaram 52 estudantes. Um questionário foi descartado, porque o Termo de Livre Consentimento não foi preenchido e assinado.

O grupo de sujeitos da pesquisa foi composto por estudantes dos Cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Biologia, Ciências Sociais, Dança, Educação Física, Geografia, História, Música, Letras-Português/Francês, Letras-Português/Inglês, Letras-Português/Literatura, Matemática, Pedagogia e Química; e estudantes do Curso de Bacharelado em História.

A maior parte dos estudantes que participaram do estudo frequenta os primeiros semestres do curso. Estão assim distribuídos:

Tabela 1 - Semestre do curso dos participantes da pesquisa

Momento do Curso	Número de Estudantes
1º semestre	01
2º semestre	16
3º semestre	01
4º semestre	16
5º semestre	01
6º semestre	06
8º semestre	08
10º semestre	01
Não informou	01

Fonte: Dados da pesquisa.

² Para evitar qualquer tipo de identificação, foram utilizados nomes fictícios no texto. Os trechos extraídos dos questionários respondidos pelos estudantes conservaram a escrita original, não foram corrigidos.

Observa-se predominância de frequência à disciplina na primeira parte dos cursos. São 34 participantes matriculados até o quarto semestre. Aspectos positivos e negativos podem ser identificados nesta predominância. Frequentar a disciplina logo no início do curso pode ser positivo, por propiciar, ao acadêmico, o acesso ao estudo e ao debate sobre temas que o auxiliarão na compreensão de um conjunto de circunstâncias que serão discutidas ao longo do processo de formação e vivenciadas em situações de estágio. Entretanto, pode ser negativo, na medida em que o estudante não teve contato mais sistematizado com questões educacionais dentro do curso, que forneçam subsídios para um entendimento mais qualificado das implicações das políticas educacionais no cotidiano escolar.

Entre os participantes, 26 estudantes informaram que estavam cursando Ebopp fora do semestre previsto no seu respectivo curso. Isto não significa que esses estudantes estivessem com a disciplina atrasada. Muitos optam por frequentá-la antes do previsto para *adiantar* o curso. O fato de a universidade ofertar diversas turmas de Ebopp em turnos e dias variados facilita, aos estudantes, a obtenção de uma vaga.

Outros 23 estudantes informaram que estão frequentando a disciplina no semestre previsto no seu respectivo curso. Observa-se que não há padronização nas grades curriculares para a matrícula em Ebopp. Em alguns cursos, a previsão está na primeira parte e, em outros, na segunda. Ainda há casos de estudantes que não frequentam cursos de licenciatura, mas que fazem matrícula na disciplina. É o que acontece com os dois estudantes do Curso de Bacharelado em História que participaram desta pesquisa. Neste caso, a hipótese que é possível depreender desta situação é a de que a frequência à disciplina faça parte de um projeto futuro de realização do curso de Licenciatura como complemento à formação do Bacharelado.

O interesse pelas questões políticas

Um dos propósitos deste estudo é identificar o nível de interesse dos estudantes pelas questões políticas, bem como verificar se eles gostavam (ao longo da vida escolar) de participar de debates sobre esses temas. Estas questões podem fornecer informações importantes para a análise da percepção dos estudantes sobre a presença da disciplina Ebopp na formação docente.

É notória a constatação de que, na formação política do brasileiro, o envolvimento e a participação nas decisões políticas são escassos. Os atos de acompanhar o processo eleitoral e de votar em dia de eleição são, para muitos, as únicas oportunidades de participação mais organizada na vida política. São, evidentemente, conquistas importantes da sociedade, mas limitadas, do ponto de vista de uma formação política, para uma intervenção mais qualificada na vida social. Porém,

sabe-se que, mesmo com a criação de canais de participação, tal disposição para socializar decisões não é despertada de uma hora para outra. É um processo lento de formação de cidadãos, que percebem a importância de sua participação nas decisões políticas à medida que têm a chance de participar de processos decisórios e compreender que suas escolhas poderão contribuir na modificação de uma determinada realidade (MENDES, 2009, p. 131).

A ampliação da participação do cidadão em processos decisórios e instâncias coletivas de organização (sindicatos, associações, partidos, movimentos sociais, etc.), para além dos espaços de tomadas de decisão criados por um governo, representa um alargamento do conceito de democracia prevaiente na sociedade brasileira. Este envolvimento pode contribuir substancialmente na reivindicação, por parte dos cidadãos, por maior transparência e justiça no uso dos recursos públicos. A estudante Viviane, ao justificar a importância do interesse pelas

questões políticas, mencionou este aspecto: “acho importante estar informado sobre tudo o que está ocorrendo, para onde vão os recursos públicos e também porque estou envolvida em questões sociais”.

Como afirma Benevides (1996, p. 224), “a cidadania é uma ideia em expansão, no entanto, a ação política continua desvalorizada e o cidadão pode ser visto apenas como o contribuinte, o consumidor, o demandante de benefícios individuais ou corporativos”.

A maior participação política, à medida que possibilita melhor compreensão da realidade, conduz ao maior questionamento, por parte da população, das condições injustas a que são submetidos diariamente os cidadãos de um país. De acordo com Mendes (2009, p. 71), “a história tem revelado que um povo consciente dos problemas sociais e participativo politicamente não interessa aos grandes grupos que detêm o poder”, justamente porque estes grupos defendem os interesses particulares e privados, e não os interesses mais amplos dos cidadãos.

Sobre o interesse pelas questões políticas, 39 estudantes afirmaram se interessar, 6 responderam *não*, e 5 afirmaram gostar em parte. O interesse por estas questões foi justificado pela maioria dos estudantes (33), com a alegação de que é necessário para o exercício da cidadania, para o conhecimento do funcionamento do Estado e do processo de elaboração das leis, e para compreensão mais ampla da vida em sociedade. Para a estudante Catarina, “todos deveriam compreender as questões políticas, pois são importantes para a vida em sociedade e para a atuação cidadã”.

Já a estudante Cíntia associou o interesse pelas questões políticas ao processo de reivindicação de direitos por parte dos cidadãos. Afirmou: “acredito que é necessário que estejamos sempre atualizados sobre esses assuntos, pois são essenciais para que possamos lutar por nossos direitos”.

Entre os pesquisados, 6 estudantes entendem que o interesse pelas questões políticas é importante para a formação do professor no exercício da docência. Para um deles, é importante ter interesse nas questões políticas unicamente porque *caí* em concurso público. Neste caso, identifica-se uma visão utilitarista do tema. Entretanto, esta percepção pode ser alterada à medida que esse sujeito tenha maior contato com o conteúdo da política e desperte para a relevância do tema em seu cotidiano.

A justificativa para o desinteresse pelas questões políticas sustentou-se na ideia de que não faz diferença tentar *mudar as coisas* nesse campo. Argumentam, ainda, que é um tema de difícil compreensão e citam a perda da esperança na política. Para a estudante Aline, “a política é vista, por mim, assim como religião. Todos brigam por poder e dinheiro, enquanto o mundo derrete. Depois do Código Florestal de 2012, perdi as esperanças de um planejamento e de um governo justo”. Já Ticiane respondeu que não tem interesse pelas questões políticas; porém, entende que é “imprescindível esse tipo de conhecimento para o futuro professor”.

Em relação ao interesse em participar de debates sobre questões políticas, a maior parte dos estudantes (39) respondeu que gosta da temática. Entre os que responderam, 19 justificaram o interesse porque gera conhecimento; porque possibilita uma tomada de consciência das políticas que regem o país; e porque contribui para a formação do cidadão como sujeito da própria história.

A possibilidade de ter acesso a outras opiniões, propiciada pela participação em um debate, foi destacada pelo estudante Francisco: “[...] porque é no debate que conhecemos outras opiniões e podemos aprender mais sobre questões políticas”. Para a estudante Ivete, este tipo de

debate contribui para o fortalecimento de um comportamento mais autônomo na vida social, em que o cidadão não é facilmente convencido sobre a natureza dos fatos e acontecimentos, “porque se eu não me envolver com as discussões sobre as questões políticas, estaria à mercê da interpretação dos outros, sem poder criticar as posições tomadas pelos outros”.

Entre os acadêmicos, 8 estudantes responderam que gostam de participar de debates sobre questões políticas para ver os diferentes ângulos e aprender a *ser crítico*. Também foram apresentados os seguintes argumentos a essa questão: pela possibilidade de qualificar a vida em sociedade, para expressar a própria opinião e para melhorar o sistema.

Entre os estudantes, 7 afirmaram que não gostam de participar de debates sobre questões políticas porque não conhecem muito sobre o assunto; porque se sentem desconfortáveis nos debates sobre política; porque não acham que seja um debate produtivo ou porque não se identificam com o tema.

Alguns responderam que não gostam de participar desse tipo de debate por não se sentirem preparados para intervir ou encorajados a manifestar a própria opinião. Este é o caso da estudante Zilá, que ponderou: “ainda não me sinto preparada para tal debate, é preciso conhecer mais”.

É requisito fundamental à participação em um debate o conhecimento sobre o tema em foco. Para não ser facilmente convencido sobre algo e para exercer a autonomia do pensamento, é imprescindível ter certo grau de domínio sobre um tema. As respostas dos estudantes são reveladoras de que não basta haver interesse pelas questões políticas, é preciso estar em condição de apresentar argumentos que propiciem o diálogo e a troca de ideias. E é justamente esta dificuldade que apareceu como limitadora da participação dos estudantes. Lacuna que poderia ser suprida com oportunidades permanentes de participação em espaços coletivos durante a vida escolar, que conferissem segurança e independência para dialogar sobre esses temas.

O debate sobre as questões políticas no processo de formação escolar

O tipo de comportamento que vai ser valorizado e cultivado desde os primeiros anos de ingresso de uma criança na vida escolar provavelmente repercutirá em uma atitude mais ativa ou mais passiva enquanto cidadã.

Benevides (1996, p. 234) questiona:

onde deve ser desenvolvida a educação para a democracia? A escola é o *locus* privilegiado, embora sofra, atualmente, a concorrência de outras instituições – como os meios de comunicação de massa. A escola continua sendo a única instituição cuja função oficial e exclusiva é a educação. É evidente que existem outros espaços para a educação do cidadão, dos partidos aos sindicatos, às associações profissionais, aos movimentos sociais, aos institutos legais da democracia direta.

A passagem de um modelo de ensino em que o aluno é mero expectador para um em que o estudante assume o protagonismo do processo ensino-aprendizagem vem sendo defendida há décadas nos diferentes fóruns que se debruçam sobre as questões educacionais no Brasil. O estímulo ao debate, à crítica, ao confronto de ideias, além de favorecer a aprendizagem do conjunto de conteúdos escolares, contribui para a formação de um sujeito em condições de assumir posicionamentos e argumentar sobre diferentes questões na vida social. Para a estudante

Fátima, “o professor deve estimular o debate para que o aluno exponha sua opinião e contribua para a aprendizagem dos colegas e a sua”.

É surpreendente e, ao mesmo tempo, questionável o elevado número de estudantes (37) participantes desta pesquisa que nunca tiveram a oportunidade de realizar discussões sobre o tema política ou que, pelo menos, não conseguiram identificar este tipo de debate em toda a trajetória escolar. Foi o caso da estudante Lívia, que afirmou: “eu nunca tive a oportunidade. Talvez seja por isso que, muitas vezes, tenho vergonha de falar”.

Apenas 11 estudantes identificaram momentos em que tiveram a possibilidade de realizar algum tipo de debate sobre política. Isto ocorreu no Grêmio Estudantil (GE), no Conselho Escolar (CE) ou no Diretório Central dos Estudantes (DCE). Mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade, reconhecem a relevância dessa participação. É o caso de Georgia: “não tive tal experiência e acredito que foi uma falha, pois é essencial ter discussões, debates e ‘confrontos’ de ideias no ambiente escolar, para melhor absorção do conteúdo e para evitar uma possível alienação na saída do mesmo para o mercado de trabalho”.

Ivana vai além, e reconhece que o pouco espaço reservado ao debate político na escola compromete o mais elementar exercício democrático, que é o voto futuro: “Nunca participei. Mas considero que essas organizações nas escolas são o berço de formação da visão política social. E a falta dessas organizações pode ser a razão pela qual temos eleitores tão mal esclarecidos quanto ao termo política”.

À medida que oferece elementos para que cada um tenha melhores condições de compreender a realidade complexa em que vive, a escola é um importante alicerce da formação do sujeito para uma intervenção mais qualificada na vida social. Nesta perspectiva, a estudante Ivete observou que “participar desses espaços me permitiu defender um projeto de sociedade a partir de leituras, estudos, espaços de formação e intervenções políticas diferentes (além) do senso comum, de forma coerente e consistente”.

A escola apresenta-se como importante espaço para a aprendizagem sobre as questões políticas. De acordo com o estudante Felipe, “não só a minha participação, mas é fundamental a participação de todos. A escola é o primeiro contato direto com a política”.

Além das escassas possibilidades de acesso a debates sobre questões políticas, ao longo da vida escolar, a maior parte dos estudantes (33) informou nunca ter participado de uma organização coletiva, como Grêmio Estudantil, Diretório Acadêmico (DA), Conselho Escolar (CE), etc. Entretanto, muitos afirmaram que nunca participaram, mas que gostariam de ter este tipo de envolvimento, por considerá-lo importante. É o caso da estudante Flávia, que respondeu: “não tive, mas acho importante para a construção da cidadania e da identidade política dos alunos”.

Outros 13 estudantes já tiveram alguma participação em uma organização. Entre eles, 5 participaram de GE, 3 do DCE, dois de DA, 1 da União da Juventude Socialista (UJS), 1 da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), 1 da União Nacional dos Estudantes (UNE) e 1 do Círculo de Pais e Mestres (CPM).

Para alguns estudantes, este tipo de envolvimento proporciona aprendizagens importantes para a vida social. A estudante Georgia afirma: “aprendi a me relacionar enquanto grupo e ouvir e respeitar diferentes opiniões”. Propicia, também, a identificação de diferentes formas de conceber e ver o mundo; serve para inserir e aproximar as pessoas do debate político e permite o entendimento de como funcionam os meios educacionais.

Quase a totalidade dos participantes da pesquisa considera esse tipo de participação importante para o exercício da cidadania. A aprendizagem sobre a política (especialmente na escola), a luta por direitos e a reivindicação por melhores condições de existência foram os argumentos predominantes, entre os estudantes, para justificar a importância dessa participação. Dos participantes da pesquisa, 7 destacaram que os espaços de representação devem ser valorizados na escola, porque mostram a possibilidade que os estudantes têm para fazer valer seus direitos. Isto é importante, de acordo com o estudante Guilherme, para “levar o pensamento dos alunos a instâncias superiores e lutar pelo direito do aluno”. No mesmo sentido, escreveu a estudante Cíntia: “acredito que quanto antes começarmos a nos integrar nestes assuntos, melhor entendimento teremos e mais facilidade para lutarmos por melhorias, sabendo a importância disso”.

Em relação à relevância dos debates sobre as questões políticas no curso de formação de professores, apenas o estudante Ronaldo não considera a ação importante. Ele afirmou que “essas questões só servem dentro de concursos públicos, não para que nós possamos ajudar de alguma forma a fazer alguma mudança”.

Para justificar a importância, a maioria respondeu que os debates políticos servem para conhecer as leis e os deveres e direitos; ter uma boa atuação dentro da escola; qualificar o trabalho dos futuros professores; aprender a intervir na escola para melhorá-la; entender como o Estado se organiza e como conduz as políticas como um todo; tomar conhecimento do que acontece na realidade e poder intervir; aprender e desenvolver a noção de política dos professores, para que possuam argumentos para discutir as questões políticas com seus alunos. Especificamente sobre este último aspecto, vários estudantes demonstraram preocupação. Afirma a estudante Georgia,

para desmistificar opiniões do senso comum, opiniões alienadas, opiniões que ouvimos e que, sem muito pensar, saímos reproduzindo [...] é de extrema importância formar professores que pensam e agem por si, para educar crianças com essas características, para que o professor consiga fazer a criança ser crítica, questionar, pensar e não apenas absorver o que é dado pela sociedade.

Além da preocupação com a formação de um cidadão mais autônomo e independente, alguns estudantes chamaram a atenção para a necessidade de buscar formas de modificar a realidade, e não apenas identificar os problemas. De acordo com a estudante Manoela, “debates não só são importantes para entender melhor as políticas, o funcionamento, mas também para buscar formas de transformar positivamente questões que devem ser mudadas”.

O lugar da disciplina Ebopp na formação docente

A disciplina Ebopp é componente curricular obrigatório dos currículos de todos os cursos de licenciatura da instituição investigada. É uma disciplina com carga horária de 68 horas, distribuídas nas 17 semanas letivas de cada semestre. Cada curso de licenciatura tem autonomia para definir em qual semestre a disciplina deve ser ministrada. Os estudantes, por sua vez, também podem frequentá-la em qualquer momento do curso, já que não possui pré-requisitos.

A oferta de Ebopp nessa instituição, desde 2013, é universal³. Isto significa que não são criadas turmas específicas para um ou outro curso, como ocorria anteriormente. Após um levantamento realizado pelo Departamento da Faculdade de Educação, responsável pela oferta

³ Este tipo de oferta passa por avaliação do departamento para verificar as vantagens e desvantagens da opção pela eliminação de turmas exclusivas para cada curso de licenciatura.

do número de cursos, com a previsão da disciplina nas grades curriculares, calcula-se o número de turmas que deverá ser disponibilizado para matrícula. Para proceder ao cálculo, o referido departamento trabalha com um limite de 50 estudantes por turma. Leva em consideração a alternância de dias e turnos para assegurar que todos tenham sua vaga garantida. A oferta universal tem possibilitado o encontro de estudantes de diversos cursos em uma mesma turma, como já sinalizado neste estudo.

Quando questionados se, além da disciplina Ebopp, visualizavam outros momentos de debate sobre as questões políticas no curso de formação de professores, 19 estudantes responderam que *não*. Os demais identificaram espaços variados para este tipo de ação. Entretanto, entre estes a maior parte citou uma ou mais disciplinas do próprio curso que dá oportunidade a esse debate. As disciplinas oferecidas pela Faculdade de Educação (que são obrigatórias em todas as licenciaturas) foram lembradas pelos estudantes como as que mais criam essas possibilidades. Dos estudantes, 11 citaram a disciplina Fundamentos Sociais, Históricos e Filosóficos; e 5 mencionaram a Teoria e Prática Pedagógica. As práticas de estágio também foram reconhecidas como espaços em que são debatidas as questões políticas. Alguns estudantes afirmaram que, nas disciplinas teóricas, ocorrem esses debates. Para melhor compreensão do que chamavam de *disciplina teórica*, foram retomados os questionários desses estudantes. Nesses casos, foi possível perceber que todos os que utilizaram este argumento eram oriundos de cursos como Artes Visuais e Educação Física. Isto é, provenientes de cursos que têm forte tradição em classificar as disciplinas como práticas ou teóricas.

Especificamente sobre a identificação de debates acerca das questões políticas no curso de licenciatura, é importante reconhecer que o estágio em que se encontra o estudante no curso de graduação poderá influenciar diretamente no reconhecimento de mais ou menos espaços de debate sobre essas questões. Estudantes que se encontram mais próximos da conclusão do curso têm mais facilidade de identificar esses momentos, até mesmo porque tiveram mais oportunidades que estudantes que se encontram nos primeiros semestres. Isto se confirma, por exemplo, em relação aos estudantes que identificaram as disciplinas de estágio ou preparatórias para o estágio como propiciadoras de debates políticos. Por serem disciplinas que, na maior parte dos cursos, se encontram na segunda metade da formação, provavelmente ainda não foram cursadas por, pelo menos, 33 dos participantes desta pesquisa.

Além das disciplinas, três estudantes mencionaram as assembleias de curso e as reuniões do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) como fomentadoras de debates políticos. A estudante Georgía lembrou que “as demais cadeiras, além de não debaterem tais assuntos, cortam os debates quando iniciados ocasionalmente pelos alunos”.

Sobre a relevância da disciplina Ebopp para a formação do professor, apenas 1 estudante respondeu não ser importante (o mesmo que considera os debates sobre as questões políticas importantes apenas para a realização de concursos públicos). Todos os demais manifestaram posição oposta, e muitos destacaram que a disciplina é imprescindível. O estudante Frederico afirmou: “não vejo uma forma de ser professor sem deter esse tipo de conhecimento”.

A atribuição de relevância ao conteúdo de uma disciplina e a demonstração de entendimento e assimilação dos conteúdos nela desenvolvidos parecem revelar o papel que a disciplina ocupa no processo de formação docente. Como afirma Paro (2012, p. 513),

[...] os benefícios de uma formação em nível superior para os docentes do ensino fundamental são inquestionáveis, não só em termos de experiência pessoal e acesso a um patamar superior de cultura acadêmica, mas também pelo contato com o conhecimento sistematizado das matérias e disciplinas que dão subsídio à Pedagogia e à prática educacional em geral.

Para explicar a relevância da disciplina para a formação do professor, os estudantes usaram os seguintes argumentos:

- para analisar as políticas educacionais; e
- para a vida profissional e para aprender a ser professor;

É essencial para um educador ter conhecimento sobre a política do seu país, para que possa expor e fazer com que seus alunos tenham no mínimo a curiosidade de obterem informações básicas sobre ela, já pelo ato de não ser algo tão comum dentro da sala de aula, sendo um assunto de tamanha importância (Estudante Pamela).

- para aprender como o Estado funciona, conhecer as leis e fazer valer os direitos;

Comecei a perceber o quanto é importante o Estado para a educação, poder saber o que é uma política pública, reconhecer que as escolas podem cobrar do Estado melhores condições para seus alunos e professores. Para a formação de um futuro gestor de escola, esta disciplina tem seu caráter na formação do futuro educador, deve fazer parte sim dos currículos da licenciatura (Estudante Felipe).

- para compreender o mundo, a realidade.

A disciplina expandiu a minha visão e desmistificou o que eu considerava o certo e o errado (Estudante Bruna).

[A disciplina] me acrescentou questões que me perturbavam. Essa perturbação pode provocar mudanças (Estudante Eduardo).

Os conteúdos desenvolvidos em Ebopp, identificados como mais importantes pelos estudantes, foram organizados na Tabela 2. A questão que versava sobre este aspecto era aberta. O questionário não indicava os conteúdos. Cada participante da pesquisa respondeu de acordo com aquilo que lembrava.

Tabela 2 - Conteúdos mais relevantes desenvolvidos em Ebopp

Conteúdo	Quantidade de respostas
Constituição	17
LDB	16
Financiamento	10
PNE	09
Público e Privado	06
Direito à Educação	05
Políticas Públicas	03
Democratização da Educação	02
Dados educacionais	02
Leis	02
Estado e educação	01
Papel do Estado	01
Todos	16
Nenhum	02

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda foram mencionados alguns temas tratados indiretamente na disciplina, como condições de trabalho e diversidade. Os conteúdos ou discussões melhormente assimilados pelos estudantes, ao final da participação na disciplina Ebopp, foram organizados na Tabela 3.

Tabela 3 - Conteúdos melhormente assimilados pelos estudantes

Conteúdo	Quantidade de respostas
LDB	14
O papel do Estado na elaboração das políticas públicas	13
PNE	11
Constituição	10
Financiamento	09
Direito à Educação	07
Público e privado na Educação	06
Dados da Educação	03
Democratização da Educação	02
Legislação	02
Políticas educacionais	01
A complexidade do trabalho docente	01
Tudo	07
A maioria	01
Nenhum	01

Fonte: Dados da pesquisa.

Os conteúdos desenvolvidos em Ebopp que foram identificados pelos estudantes como mais difíceis estão organizados na Tabela 4.

Tabela 4 - Conteúdos em que os estudantes encontraram maiores dificuldades

Conteúdo	Quantidade de respostas
Financiamento	09
Constituição	07
LDB	06
Leis	06
Dados educacionais	03
Políticas públicas	02
Público e privado	02
O papel do Estado na elaboração das políticas públicas	01
Gestão da Educação	01
Nenhum	12
Todos	02

Fonte: Dados da pesquisa.

Alguns estudantes mencionaram que encontraram maiores dificuldades nos conteúdos desenvolvidos nas aulas em que faltaram. Outros afirmaram que compreendiam o conteúdo quando era explicado em aula; porém, tinham dificuldades para sistematizar ou para escrever as próprias ideias. Alguns encontraram dificuldades para assimilar os textos trabalhados nos encontros semanais.

Sobre a vinculação das discussões e dos debates realizados em Ebopp com os conteúdos desenvolvidos especificamente no respectivo curso de formação de professores, 39 estudantes afirmaram conseguir articular, 6 responderam que não, 4 afirmaram que articulavam apenas com as disciplinas oferecidas pela Faculdade de Educação, 1 respondeu *às vezes*, e outro respondeu que articulava as discussões em Ebopp com as disciplinas que fazem debate sobre as questões educacionais.

Especificamente nesta questão, merece destaque uma posição bastante divergente identificada, em estudantes que frequentam o mesmo curso e estão no mesmo semestre. Foi o caso de duas estudantes do Curso de Letras (Português/Francês). A estudante Claudia mencionou: “não [articulo]. É praticamente impossível e irreal de se realizar, tornando a disciplina ‘isolada’, somente no respectivo semestre do seu estudo”. Já a estudante Bruna afirmou:

[Consigo] articular e conciliar, Ebopp influencia e é aplicada, pois não é uma matéria para se decorar e responder provas, é adquirir conhecimento, sabedoria, valores humanos enquanto cidadão, o que é dado em aula é aplicado fora dela o tempo todo e durante toda a vida. Por meu curso ser Letras, línguas em geral, é importante Ebopp na minha formação, que lida diretamente com o social e estão relacionados diretamente.

É importante registrar um posicionamento tão antagônico em estudantes que frequentam o mesmo curso e estão no mesmo semestre. Isto revela que a apropriação do conteúdo em uma disciplina como Ebopp pode ter uma relação direta, tanto com as experiências da vida escolar dos estudantes em debates e organizações políticas, quanto com o interesse individual por esses temas.

Sobre a articulação com os conteúdos desenvolvidos no curso, também foi possível perceber que o momento de realização de Ebopp pode contribuir para o estabelecimento de maior ou menor articulação. Isto é, estudantes que estão na segunda metade de realização do

curso revelaram ter maior facilidade para estabelecer relações, em comparação àqueles que estão nos primeiros semestres do curso.

Quando solicitados a identificar pontos positivos e negativos na disciplina Ebopp, 20 estudantes não constataram aspectos negativos na disciplina. O ponto mais ressaltado entre os estudantes que identificaram aspectos negativos foi o tempo de realização da disciplina. Dos respondentes, 8 estudantes destacaram que um semestre é pouco para tratar temas importantes para a formação do professor; 3 afirmaram que a concentração de quatro aulas em um único turno não é adequada para o andamento da disciplina; 2 mencionaram que os textos sugeridos para leitura ao longo do semestre eram muito extensos; e outros 2 chamaram a atenção para a precária estrutura física do prédio onde ocorriam as aulas. Nele não havia ventiladores e as janelas ficavam para o lado de uma rua com intenso trânsito de veículos, que produziam muito ruído. Ainda, 1 estudante salientou que, por ser uma disciplina com oferta universal, há menor integração da turma. Outro estudante percebeu como negativa a pouca participação de alguns acadêmicos em relação a alguns temas propostos.

Como é possível perceber, a maior parte dos pontos negativos identificados pelos estudantes refere-se à organização da disciplina na instituição (carga horária e concentração das aulas) e à infraestrutura física. Em outras palavras, são dificuldades que podem ser superadas em um curto espaço de tempo.

Em relação aos aspectos positivos, a metodologia, o conteúdo e o trabalho do professor foram os aspectos mais destacados pelos estudantes. A oportunidade de discutir e debater temas polêmicos foi destacada por 14 estudantes participantes da pesquisa. Como afirmou a estudante Georgia, “[...] debates, discussões com conteúdos essenciais, que nos fazem pensar, refletir sobre o conceito formado inicialmente”.

A dinâmica das aulas, a forma como foram apresentados os conteúdos (explícitos e organizados), a exposição com exemplos, e os textos disponibilizados para leitura foram aspectos salientados por sete estudantes. A organização das aulas, de modo a permitir a participação, foi destacada por dois estudantes. Outros 2 estudantes consideram a forma de avaliação utilizada na disciplina produtiva para o aprendizado do conteúdo. Conforme escreveu o estudante Rui, “a primeira avaliação foi muito produtiva. Pela maneira como foi realizada, consegui compreender muito mais e ganhar confiança para fazer a prova”.

Sobre a formação do professor em nível universitário, Paro (2012, p. 594) destaca:

uma questão que merece maior cuidado e atenção é precisamente a concepção de educação que orienta o discurso e a prática dos professores que formam professores. Não é possível preparar e predispor o futuro mestre para o exercício de uma prática pedagógica democrática e formadora de personalidades humano-históricas, se a visão de educação que se carrega ainda é a velha concepção tradicional que povoa o senso comum.

A aquisição de conhecimentos para ser um professor crítico foi destacada por 3 estudantes, a aprendizagem do conteúdo da política foi citada por 2, e o conhecimento da realidade foi mencionado também por dois. Foram citados, ainda, aspectos relacionados ao conteúdo da disciplina, à compreensão das leis que regem a Educação do país, à importância do

posicionamento de cada cidadão em relação às políticas públicas e à realização de reflexões que perturbam⁴.

O trabalho do professor foi destacado por vários estudantes, que ressaltaram a importância dele para maior ou menor afinidade com o conteúdo desenvolvido. O domínio do conteúdo, a abertura do professor para ouvir os questionamentos dos estudantes e o planejamento das aulas foram aspectos ressaltados como positivos na realização da disciplina. De acordo com a estudante Lívia, “poder debater, ter oportunidade de se expressar, poder dizer o que acha e o que pensa sobre determinado assunto, já é muito importante, ideal e, claro, momento raro. Pois nem todos dão essa oportunidade”. Vale ainda informar que 5 estudantes registraram que tudo foi positivo na disciplina.

Sobre o desejo de aprofundar os estudos dos conteúdos desenvolvidos em Ebopp em outra disciplina (uma optativa, por exemplo), 36 estudantes responderam *sim*, 9 responderam *não*, e 3 responderam *talvez*. Entre os que responderam talvez, 2 afirmaram que pensariam nessa possibilidade em um estágio mais avançado do curso.

Aqueles que responderam *não*, justificaram que a disciplina já desenvolve os conteúdos necessários ou que já atingiu seus objetivos. Alguns alegaram que já estavam concluindo o curso de graduação e, portanto, não teriam a possibilidade de cursar outra disciplina.

Para os que sinalizaram que gostariam de aprofundar os conhecimentos, 8 entendem que os assuntos tratados são importantes para o trabalho do professor; 5 gostariam de dar continuidade ao tema apresentado; 3 apreciariam de ampliar os conhecimentos; 3 desejariam aprofundar os estudos por terem afinidade com a área; 2, para ter mais tempo de dedicação a cada conteúdo; e 2 registraram que gostariam de análises mais pontuadas na LDB e na Constituição. De acordo com a estudante Fátima,

Seria ótimo [ter outra disciplina], digo que seria um privilégio, já que o Estado não tem o interesse de que as pessoas tenham real conhecimento da realidade. Uma disciplina sobre política certamente ampliaria nossos conhecimentos e proporcionaria aos alunos ter um maior senso crítico.

Aspectos que chamaram a atenção neste estudo foram a disposição e a dedicação dos estudantes para responder as questões da pesquisa. No final do questionário, os estudantes poderiam, se desejassem, fazer algum comentário sobre a disciplina. Nesse momento, 38 estudantes fizeram algum tipo de comentário e 12 optaram por deixar a questão em branco ou simplesmente registrar *não*. Quase a totalidade dos que desejaram fazer algum comentário usaram o espaço para ressaltar algum aspecto que identificou como positivo ao longo do semestre. Muitos, inclusive, elaboraram respostas extensas para esta questão.

Entre os estudantes, 8 usaram esse momento para ressaltar que a disciplina é importante para a formação de qualquer cidadão e do professor; 10 escreveram sobre o perfil do professor que trabalha com Ebopp e sobre a importância deste ser aberto ao diálogo e saber escutar e lidar com opiniões divergentes.

Vários estudantes mencionaram que acreditavam, antes do início do semestre, que a disciplina seria chata, maçante, mas revisaram esta opinião ao longo do trabalho. Foi o caso da estudante Maria, que informou que “a disciplina me surpreendeu, pois pensei que as aulas seriam

⁴ Aqui, os estudantes mencionaram o contato com formas de interpretação da realidade diferentes daquelas predominantes na sociedade.

bem cansativas, mas o contrário aconteceu, eu gostei muito de ouvir e ficar bem atenta às opiniões alheias”.

Outro aspecto que foi lembrado em alguns questionários, como positivo, foi a presença de estudantes oriundos de mais de dez cursos diferentes em uma mesma turma. Entre os acadêmicos, 2 ainda afirmaram que todos os cursos deveriam ter a disciplina Ebopp, e não apenas aqueles que frequentam as licenciaturas.

Considerações finais

Os dados aqui apresentados permitem indicar, apontar e sugerir alguns elementos para a reflexão sobre o papel da disciplina Ebopp na formação dos estudantes de cursos de licenciatura:

a) a maior parte dos estudantes não identificou, ao longo de sua formação escolar, oportunidades de debates sobre as questões políticas e de inserção em organizações que propiciassem, de uma forma mais objetiva, este tipo de discussão. Para muitos, a primeira oportunidade de debater questões políticas ocorreu na universidade. Este é um aspecto importante, porque as experiências acumuladas na vida escolar poderão fomentar o interesse por esses debates no âmbito da formação em nível de graduação;

b) a maior parte dos estudantes demonstrou interesse pelas questões políticas, por entenderem que ele poderá propiciar uma intervenção mais qualificada na vida social;

c) entre os conteúdos melhormente assimilados pelos estudantes está a análise de documentos legais (como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação). Já o conteúdo em que os estudantes mais encontraram dificuldades foi o Financiamento. Este conteúdo está previsto para ser desenvolvido ao final do semestre, o que pode significar menor tempo, ou menor atenção a um tema complexo;

d) a maior parte dos estudantes afirmou que os conteúdos desenvolvidos em Ebopp são essenciais à formação do professor, pois o trabalho escolar exige o entendimento de como o Estado se organiza e como conduz as políticas como um todo; pressupõe o conhecimento do que acontece na realidade para poder intervir de alguma forma; e prescinde de professores capazes de criar condições para o desenvolvimento da noção de política em seus discentes.

Referências

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011>

FERRADA, D.; VILLENA, A.; DEL PINO, M. ¿Hay que formar a los docentes en políticas educativas? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 254-279, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053144740>

FLACH, S.; MASSON, G. A disciplina de Política Educacional em cursos de formação de professores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 33, p. 205-220, jul./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v16i33.2850>

GIOVINE, R. El oficio de enseñar política educativa: desplazamientos políticos y epistemológicos en los programas de formación docente universitaria en Argentina. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 451-476, jul./dez. 2016.

GOROSTIAGA, J. M. La formación de investigadores en el campo de la política educativa: una mirada regional. **Revista de la Educación Superior**, v. 46, n. 183, p. 37-45, 2017. DOI: <https://dx.doi.org/10.1016/j.resu.2017.06.001>

GUIMARÃES-IOSIF, R.; LIMEIRA, L. C.; SANTOS, A. V. O ensino de Política e Gestão Educacional nos cursos de licenciatura. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 85-106, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.13i1.0005>

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; ROSA, G. L. R. A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 287-307, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21573/vol33n22017.71495>

MANCEBO, M. E. La enseñanza de Política Educativa en Uruguay: ¿acumulación incipiente o rezago? **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-15, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.2.014>

MÁS ROCHA, E.; LIZZIO, G.; GIMÉNEZ, P. Leer, escribir y producir conocimiento en un programa de política educacional. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-15, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.2.004>

MENDES, V. **Democracia participativa e educação: a escola e os rumos da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2009.

MIRANDA, E. ¿Investigadores y/o técnicos en política educativa? El dilema de origen. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 430-450, jul./dez. 2016.

MOREIRA, L. P.; IULIANELLI, J. A. S. Formação docente e ensino de Política Educacional em instituições de educação superior do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 854-873, out./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500857>

PARO, V. H. O trabalho docente na escola fundamental: questões candentes. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 15, p. 586-611, maio/ago. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000200014>

PERÃO, G. M. M.; LIMA, M. F. A disciplina de Política Educacional nos cursos de pedagogia: um estudo preliminar. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-14, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.2.017>

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de Políticas Educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 248-264, jul./dez. 2016.

STAKE, R. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 7, p. 5-18, jun. 1983.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A disciplina Política Educacional em cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17-18, p. 137-155, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.41885>

TELLO, C. La enseñanza de la Política Educativa y la formación de investigadores en el campo: entre las matrices históricas y la episteme de época. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 55, p. 125-151, jan./abr. 2015.

TELLO, C. Reflexiones sobre la enseñanza de la política educativa y la formación de investigadores en el campo. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 1017-1050, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.17.053.ao15>

Recebido: 15/04/2018

Versão revisada recebida: 10/07/2018

Aceito: 11/07/2018

Publicado online: 17/07/2018

Valdelaine Mendes

Professora Associada do Departamento de Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2005).
